

POLÍTICA OPERÁRIA NO PRÉ-1964: HISTÓRIA E CRÍTICA

Cesar Mangolin

Professor dos cursos de Filosofia e Serviço Social da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES). Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (FSA), Mestre em Educação (UMESP) e Doutorando em Filosofia (UNICAMP).
e-mail: mangolin.cesar@gmail.com

MANGOLIN, Cesar. Política operária no pré-1964: história e crítica. *albuquerque* – revista de história. vol. 8, n. 16. jul.-dez./2016, p. 166-190.

Resumo: O artigo trata da construção do que chamamos de uma política operária a partir das formulações do PCB e da conturbada e cambiante conjuntura nacional e internacional que precedem o golpe e a ditadura militar a partir de 1964.

Palavras-chave: Declaração de Março; ditadura militar; PCB; política operária.

Abstract: The article deals with the construction of what we call a working policy from the formulations of the PCB and troubled and changing national and international circumstances preceding the coup and the military dictatorship from 1964.

Key-words: Declaration of March ; military dictatorship; PCB ; working policy.

Introdução



objetivo deste trabalho é o de apresentar sucintamente os fundamentos da política operária no Brasil num período em que ainda estava em jogo o caráter definitivo da nossa revolução burguesa. Para tanto, utilizamos como representante e portador maior da formulação e execução dessa política operária naquele momento o PCB (Partido Comunista do Brasil, até 1961, e Partido Comunista Brasileiro, depois disso), sem deixar de mencionar a existência de outras organizações de esquerda no mesmo período, além de uma forte influência do trabalhismo dentro do movimento operário. Isso nos obriga a melhor formular o que chamamos de política operária aqui: de maneira sucinta, compreendemos a política operária como o conjunto das concepções da história brasileira e dos programas formulados a partir dela, com base no marxismo, que objetivaram empreender, estratégica e taticamente, a luta teórica e a luta política no sentido dos interesses da classe operária, dos demais trabalhadores e da revolução socialista.

Dividimos, portanto, o trabalho em três partes principais: a primeira trata de um resumo da trajetória do PCB que vai de 1945 até 1958, quando é lançada a Declaração de Março, que estabeleceu uma nova política para os comunistas brasileiros, na qual nos detivemos mais; a segunda teve como objetivo traçar em linhas bastante gerais as transformações da economia e da sociedade brasileiras a partir de 1930, chegando ao governo de JK; a terceira faz um apanhado geral da maturação da nova política do PCB, passando por sua crítica e pelos debates do V Congresso do Partido, em 1960, e faz uma breve análise da atuação dos comunistas durante o governo João Goulart, até o golpe militar de 1964.

Ainda que derrotada, essa política dos comunistas brasileiros possui relevância por demonstrar com clareza (e não sem problemas) que havia caminhos alternativos à revolução burguesa no Brasil. Há larga polêmica em torno do tema, sem dúvida. Mas

chama a atenção e exige solução a permanência ainda em nossos dias do que era chamado pelo PCB de dois principais entraves ao desenvolvimento nacional e autônomo do país e o estabelecimento e consolidação de amplas liberdades democráticas no Brasil: a dominação imperialista e o monopólio latifundiário da terra. Este último, embora tenha se transformado em grande parte em estabelecimento capitalista ainda durante a ditadura militar, impôs duras penas aos trabalhadores do campo e gerou uma imensa população sem terra que, pelas contradições do processo histórico, aparece hoje no Brasil como o mais pujante e combativo movimento popular.

A conjuntura é, obviamente, bem outra. Mas conhecer um tanto do debate e das formulações desse período parece de suma importância para o debate atual, com novos objetivos estratégicos e novos caminhos táticos.

1 – Notas históricas do período precedente à nova política do PCB (de 1958)

A - Curto período de legalidade

Após ser quase destroçado pela violenta repressão que se abateu sobre os comunistas após o levante armado de 1935 e a decretação do Estado Novo, em 1937, o PCB, que realizou uma conferência de reorganização, em 1943, conhecida como Conferência da Mantiqueira, respirou melhores ares no final da II Guerra Mundial e obteve grande crescimento de suas fileiras durante seu parco período de legalidade.

O clima gerado pela guerra dos “aliados” contra o nazi-fascismo, luta que uniu os comunistas do mundo inteiro às potências capitalistas e contou com decisiva participação da URSS, possibilitou o ressurgimento do PCB como força política influente na sociedade brasileira, reivindicando, ao lado de amplas forças, liberdades democráticas e o fim do Estado Novo.

A política de União Nacional dos comunistas preconizava o apoio ao esforço de guerra do governo brasileiro e a Getúlio Vargas, contra o Eixo, ao mesmo tempo em que levantava a bandeira da abertura democrática: eleições diretas, anistia aos presos políticos, convocação de uma assembleia constituinte, legalidade para o PCB etc.. Pontos que são, enfim, conquistados no ano de 1945.

Numa entrevista ao jornal Folha da Manhã, em 27 de abril de 1945, Luís Carlos Prestes, recém-saído do cárcere, após dez anos, sintetiza a política dos comunistas no período:

o que podemos adiantar é que os comunistas seremos um esteio da ordem e defenderemos a unidade nacional. (...) O nosso maior interesse, como representantes dos trabalhadores e dos elementos populares mais avançados, é o progresso do país, em bases democráticas. O proletariado terá um papel dirigente. Se a burguesia nacional não for capaz de encaminhar soluções de seu interesse específico e do interesse geral de nossa pátria, o proletariado organizado a ajudará, animando o surto progressista correspondente à revolução cartista na Inglaterra e à revolução francesa.¹

O PCB obtém extraordinário crescimento no período. Crescimento numérico e também de intervenção política. Tem em seus quadros cerca de duzentos mil filiados, obtém 10% da votação nacional para seu candidato à presidência da República, Prestes é eleito senador e são eleitos 14 deputados federais. Mesmo pequena, a bancada do PCB na Constituinte de 1946 desempenhará grande papel. Nas eleições de 1947, os comunistas repetem sua boa votação. No movimento sindical e popular, o PCB avança na formação de comitês que chegam a ter centenas e até milhares de filiados, tomam dos dirigentes pelegos as direções dos sindicatos, criam o MUT (Movimento de Unificação dos Trabalhadores), em 1945 e têm grande peso na criação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, em 1946.

O próprio PCB passava por necessárias mutações organizativas, devido ao seu crescimento, como bem expressa, novamente, seu maior dirigente:

Hoje, precisamos de um Partido de novo tipo, de um grande Partido ligado às massas; e nós também, cada um de nós, precisa adaptar-se às novas condições, desenvolver as qualidades novas que de cada um de seus militantes vai exigir o nosso Partido, grande e legal. (...) Abrir de par em par suas portas ao proletariado (...) para todos enfim que já compreendam o que significa o papel dirigente do proletariado na luta pelo progresso e queiram ocupar um posto de honra e de combate em nossas fileiras, nas fileiras do Partido que levará o povo à ação e ao triunfo por um Brasil livre e feliz.²

¹ PRESTES, L. C. apud CARONE, Edgard. **A terceira república (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1976, p. 519-520.

² PRESTES, L. C. Apud SEGATTO, José Antonio. **Breve História do PCB**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p. 61.

Em outro texto, também citado por Segatto, intitulado *Os problemas atuais da democracia*, Prestes expõe os fundamentos do programa dos comunistas no período, que teria continuidade, ainda que mais amadurecida, na conhecida “nova política”, em 1958, ficando como exceção a fase da Declaração de Agosto de 1950, como veremos a seguir:

Esta a nossa posição política, a linha política do nosso Partido – unificação nacional para iniciar a solução dos graves problemas econômicos e sociais e chegarmos de maneira pacífica, através de eleições livres e honestas, à Assembleia Constituinte e à reconstitucionalização democrática que todos almejamos (...) O que convém é a consolidação definitiva das conquistas democráticas sob um regime republicano, progressista e popular. (...) Ora, uma tal república, para que possa ser instituída sem maiores choques e lutas, dentro da ordem e da lei, não poderá ser de forma alguma uma república soviética, isto é, socialista, mas capitalista, resultante da ação comum de todas as classes sociais, democráticas e progressistas, desde o proletariado até a grande burguesia nacional, com a só exceção de seus elementos mais reacionários, numericamente insignificantes (...) Aliás, os comunistas do Brasil sempre lutaram pela revolução democrático-burguesa, como é fácil verificar pelos seus documentos mais autorizados.” E, depois de afirmar que o problema maior para o proletariado no Brasil da época não era a exploração capitalista, mas exatamente a insuficiência de desenvolvimento do capitalismo, arremata: “O que convém agora à classe operária é a liquidação dos restos feudais, de maneira que se torne possível o desenvolvimento o mais amplo, o mais livre e o mais rápido do capitalismo no país.”³

Com o início da Guerra Fria, em 1947, os comunistas são alvo de perseguição por todo o mundo aliado ou subordinado aos EUA, fortalecendo no Brasil as forças reacionárias do governo Dutra que, desde seu início, já vinham buscando o alijamento do PCB do cenário nacional.

No dia 7 de maio de 1947 foi cassado o registro do PCB, suas sedes foram fechadas e os seus arquivos apreendidos; funcionários públicos suspeitos de serem comunistas foram demitidos, o MUT proibido de funcionar, houve intervenção em diversos sindicatos e proibição de eleições sindicais, além de fecharem a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil. Em janeiro de 1948 os mandatos dos parlamentares comunistas foram cassados. Novamente, o PCB estava na clandestinidade.

³ PRESTES, L. C. Apud SEGATTO, José Antonio. *Breve História do PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p. 61-3.

B - Guinada à esquerda: Manifesto de Agosto de 1950 e o IV Congresso de 1954

Ainda em janeiro de 1948 o PCB faz uma autocrítica em relação ao período da legalidade. Nela, observa certa contenção das lutas populares com vistas ao amadurecimento ou tentativa de manutenção da aliança com a burguesia nacional, a subestimação do campesinato, a ilusão de se obter reformas dentro dos limites da “democracia burguesa” e conclui que o Brasil continuava a ser um país atrasado, semifeudal e semicolonial.

O Manifesto de Agosto de 1950⁴ marca o surgimento de uma fase de exceção da política do PCB, uma guinada à esquerda motivada internamente pelos golpes sofridos pelas ilusões da legalidade e no plano internacional por uma conjuntura marcada pelo aguçamento da Guerra Fria, a Guerra da Coreia (que colocava num horizonte próximo a possibilidade de eclosão da III Guerra Mundial) e a vitória dos comunistas chineses, em 1949. Internamente, era denunciada a onda repressiva do governo Dutra contra comunistas e todo o movimento sindical e popular.

É por meio do terror fascista, procurando criar um clima de guerra civil, que o governo de traição nacional de Dutra quer levar o país à guerra e fazer de nossa juventude carne de canhão para as aventuras bestiais de Truman. (...) A dominação imperialista assume em nossa terra aspectos mais violentos e sombrios. Marchamos no caminho da escravidão colonial e da perda total de nossa soberania nacional (...) É a iminência desse perigo de guerra e a intensificação da preparação para a guerra que explica fundamentalmente o clima de terror crescente em que já nos encontramos.⁵

O Manifesto ainda faz entender o motivo da tomada de posição dos comunistas em relação às eleições de outubro de 1950, nas quais foi proposta a votação em branco para presidente. Objeto de polêmica em sua história, a posição dos comunistas em relação às eleições de 1950 não era, em nossa opinião, puramente fruto do sectarismo do momento, mas uma posição crítica, mais madura e realista, que colocava em seu devido lugar as possibilidades abertas pelas eleições dentro dos marcos do capitalismo e do Estado brasileiro, superando as ilusões eleitoreiras do período anterior que, de certa

⁴ Utilizamos para as citações do Manifesto de Agosto sua reprodução contida no livro de Moisés Vinhas. Cf. VINHAS, Moisés. **O partidão: a luta por um partido de massas 1922-1974**. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 140 a 158.

⁵ Manifesto de Agosto, 1950.

forma, teriam novo alento na fase posterior a 1958. Em momento algum o Manifesto condena, pura e simplesmente, o processo eleitoral⁶, antes, no item sexto de seu Programa propõe o direito de voto aos “homens e mulheres maiores de dezoito anos, inclusive analfabetos, soldados e marinheiros”. Mais adiante declara:

O voto é um direito do povo que reclamamos. Já vimos como a justiça eleitoral e o parlamento, instrumentos servis das classes dominantes, atentam contra os mandatos dos verdadeiros representantes do povo, mas lutemos para conquistar tribunas parlamentares que devemos utilizar de maneira revolucionária. Saibamos utilizar a oportunidade para desmascarar sistematicamente os demagogos agentes da reação e do imperialismo e só votemos nos melhores filhos do povo que participem ativamente da grande luta pela paz e a liberdade nacional, naqueles que sejam capazes, nos postos eletivos a que forem alçados, de prosseguirem com energia redobrada a luta pela vitória revolucionária do programa da Frente Democrática de Libertação Nacional.⁷

É óbvio que propor o voto em branco quando não há condições de se criar um impasse no processo eleitoral, forçando mudanças e acumulando forças, ou ainda, revelando uma crise no seio do bloco no poder, parece pura abstenção e abandono das massas à própria sorte. Analisando criticamente e à distância, fica claro que o correto teria sido a indicação do voto em Getúlio Vargas, ainda que de maneira crítica. Contudo, não nos parece de todo condenável o Manifesto de Agosto. Talvez seja mais correto criticar o PCB por não ter mudado a tática em relação aos acontecimentos posteriores, que possibilitaram algumas mudanças na conjuntura política e econômica, notadamente, diante das medidas nacionalistas ligadas às características mais avançadas do trabalhismo varguista e que colocaram para fora da realidade algumas das propostas contidas no Manifesto. Podem ser somadas aí a posição sectária em relação aos intelectuais e a política sectária que gerou muito desgaste na atuação no meio operário.

Contudo, algumas modificações ocorriam na prática, derivadas da percepção dos limites da linha assumida pelo Manifesto diante da mudança conjuntural, como a participação dos comunistas nos sindicatos oficiais ao lado dos trabalhistas, contrariando a proposta do Manifesto de atuar apenas em organizações sindicais paralelas e independentes do Estado. O apelo à luta armada, embora discutível já no lançamento do

⁶ Inclusive elegeu Roberto Morena para a Câmara Federal nas eleições de 1950.

⁷ Manifesto de Agosto, 1950.

Manifesto, mostrou-se inviável, ainda que lutas vitoriosas envolvendo a crítica das armas tenham ocorrido, como a luta de trabalhadores rurais pela posse da terra, em Porecatu, no norte do Paraná.

A Frente Democrática de Libertação Nacional, para a qual eram conclamados democratas e patriotas, acima de quaisquer diferenças de crenças religiosas, de pontos de vista políticos e filosóficos, homens e mulheres, jovens e velhos, operários, camponeses, intelectuais pobres, pequenos funcionários, comerciantes e industriais, soldados e marinheiros, oficiais das forças armadas, baseava seu Programa em nove pontos: 1 – Por um governo democrático e popular; 2 – Pela paz e contra a guerra imperialista; 3 – Pela imediata libertação do Brasil do jugo imperialista; 4 – Pela entrega da terra a quem a trabalha; 5 – Pelo desenvolvimento independente da economia nacional; 6 – Pelas liberdades democráticas para o povo; 7 – Pelo imediato melhoramento das condições de vida das massas trabalhadoras; 8 – Instrução e cultura para o povo; 9 – Por um exército de libertação nacional.

Apesar de alguns desvios esquerdistas, o PCB desenvolveu campanhas de massa importantes neste período, como a do “monopólio estatal do petróleo, contra o envio de soldados brasileiros para a guerra da Coréia, pela paz mundial, contra a carestia, etc.”⁸ Acrescente-se a greve dos 300 mil em São Paulo, em 1953, a criação do PUI (Pacto de Unidade Intersindical), o trabalho desenvolvido com os trabalhadores rurais, que redundaram em duas conferências nacionais de trabalhadores agrícolas e na fundação da União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).

Mesmo com estas mudanças práticas, o PCB manteve a caracterização do governo de Getúlio Vargas como sendo de “traição nacional” e não foi capaz de perceber o momento em que o governo entrava em choque com os interesses do imperialismo norte-americano e dos setores mais reacionários do Brasil. Quando do suicídio de Vargas, em agosto de 1954, os comunistas viram-se obrigados a acompanhar as massas nas manifestações que tomaram conta do país.

O IV Congresso do PCB, realizado entre os dias 07 e 11 de novembro de 1954, portanto, pouco depois do suicídio de Getúlio, trouxe poucas mudanças teóricas na linha política aberta pelo Manifesto de Agosto. Segundo João Quartim de Moraes, o IV Congresso

⁸ SECATTO, José Antonio. Op. cit., 1989, p. 77.

careceu do tempo de maturação necessário para aprofundar as consequências doutrinárias e programáticas da nova linha política. Embora apresentem em forma embrionária os elementos constitutivos do programa nacional-democrático da revolução brasileira, notadamente a ênfase na reforma agrária e na possibilidade de ganhar a burguesia nacional para a causa revolucionária, as resoluções do congresso deixam na penumbra a dimensão institucional da luta pela democracia.⁹

Foi na prática, contrariando as resoluções congressuais, que o PCB “empenhou-se a fundo na democratização das instituições políticas nacionais”¹⁰ e apoiou as candidaturas de Juscelino Kubitschek e João Goulart a presidente e vice em 1955, ao contrário do que fizera nas eleições de 1950, embora permanecesse, no papel, com quase o mesmo programa. Ainda segundo o autor, apenas mais adiante “ao influxo da ‘desestalinização’”, o PCB iria “elaborar teoricamente a nova visão processual da democracia que já estava orientando sua ação.”¹¹

De fato, a grave crise gerada no movimento comunista mundial após o XX Congresso do PCUS, em 1956, e a nova orientação oriunda de Moscou, trouxe elementos para uma profunda mudança na política do PCB. Dois fatos principais seriam os detonadores da crise e das mudanças: o famoso relatório secreto através do qual se denunciava os crimes praticados no período de Stalin e a nova linha adotada pela URSS, principalmente em relação à coexistência pacífica com as potências imperialistas capitalistas e a via pacífica ao socialismo.

No primeiro caso, aberto espontaneamente o debate após meses de perplexidade de militância e sem a iniciativa da direção, os comunistas passaram a criticar, baseados nas denúncias que pesavam contra Stalin, traços semelhantes dentro do próprio PCB: culto à personalidade, mandonismo, transposição mecânica de experiências externas à realidade brasileira, etc., originando uma grave crise interna e uma divisão de três grupos principais: um “conservador”, no sentido de manter a linha do Partido e sua unidade, fiel ao marxismo-leninismo, cujos principais expoentes eram, basicamente, os membros da executiva do CC; outro, que via a necessidade de grandes mudanças diante dos novos fatos, mas mantinha a unidade partidária; e um terceiro, “renovador”, que chegou a preconizar a dissolução do Partido.

⁹ MORAES, João Quartim. “Concepções comunistas do Brasil democrático: esperanças e críspações (1944-1954). In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil*. Vol.3. Campinas: Editora Unicamp, 1998. p. 191.

¹⁰ *Ibid.*, p. 192.

¹¹ *Ibid.*, p. 192.

Esse grupo do centro, aliado aos “conservadores”, pôs-se inicialmente a tarefa de derrotar o grupo “renovador”, resultando na expulsão de alguns de seus membros, como o mais conhecido deles, Agildo Barata. Logo depois, tendo atraído o próprio Prestes para seu lado, se voltou contra os “conservadores”, excluindo seus principais expoentes da executiva nacional (Diógenes Arruda, João Amazonas e Maurício Grabois), num pleno do CC, em agosto de 1957, no qual também deliberaram por uma comissão que trataria da elaboração de um documento acerca das questões políticas envolvidas naqueles atordoados tempos.

Jacob Gorender, um dos autores da *Declaração de Março de 1958*, assim relata os fatos posteriores à plenária de agosto do CC:

“Transcorreram alguns meses e parecia que as mudanças empacaram. (...) A esta altura, Dias” (Giocondo Dias, que tornara-se o homem de confiança de Prestes, em substituição a Diógenes de Arruda Câmara – CMB) “me convidou para uma reunião, à qual também vieram Mário Alves, Armênio Guedes e Alberto Passos Guimarães. Já se podia prever que a comissão eleita no pleno de agosto não produziria um trabalho satisfatório. Longe disso. O novo pleno do Comitê Central ia resultar em tempo perdido. A saída do impasse seria possível se Prestes apresentasse um documento alternativo, que receberia a preferência da discussão. Com aprovação do secretário-geral, os companheiros ali presentes eram convidados a elaborar e redigir o documento alternativo. Tratava-se de formar uma comissão ultra secreta, desconhecida para o Comitê Central e mesmo para a Comissão Executiva. Todos os presentes aceitamos a proposta. Em numerosas reuniões, sob altas temperaturas do verão carioca, de dezembro de 1957 a fevereiro de 1958, debatemos os diversos temas e chegamos à redação final do que tomou a denominação de Declaração de Março de 1958. Porque aprovada neste mês no pleno do Comitê Central, com ligeiras modificações e com o voto contrário de Amazonas e Grabois”. (grifos nossos).¹²

Assim surgia a *Declaração de Março de 1958*, dando uma reviravolta na orientação dos comunistas. Antes, porém, de tratarmos mais detidamente da questão da *Declaração de Março de 1958* e do V Congresso do PCB, é preciso passar, sucintamente, pelas transformações mais gerais do período, particularmente das questões econômicas e políticas, cujo resultado em fins da década de 1950 formaria o cenário efervescente no qual os comunistas se batiam pela consecução de sua nova política.

¹² GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 4ed. São Paulo: Ática, 1990, p. 29.

2 – As mutações da economia e do Estado brasileiro de 1930 às vésperas do golpe militar de 1964.

Nelson Werneck Sodré trata de três grandes lances que marcaram o desenvolvimento inicial do capitalismo no Brasil e, conseqüentemente, o avanço da dominação burguesa no Estado brasileiro. O primeiro deles é marcado pelas transformações estruturais e políticas pelas quais passa o país a partir da segunda metade do século XIX, que vão desembocar na abolição do trabalho escravo e na proclamação da República. Segundo o autor, a burguesia aparece neste momento dando seus primeiros passos como classe. Nesse período se dá a formação do Estado burguês no Brasil, sem ainda haver a predominância das relações capitalistas de produção. O segundo e o terceiro são relacionados aos efeitos da I Guerra Mundial e à crise de 1929. A diminuição drástica das possibilidades de importação de mercadorias durante o período da I Guerra Mundial criou a necessidade de produzi-las em território nacional, gerando um saldo positivo na balança comercial e um parque industrial, além de determinada liberdade em relação às potências imperialistas, envolvidas na guerra. Uma grande quantidade de capital, antes destinado às importações, era transferida para a indústria nacional. De 3.258 empresas, em 1907, com cerca de 150.000 operários, chega-se, em 1920, a 13.340 empresas e cerca de 280.000 operários, além do investimento nas usinas elétricas (104 foram fundadas no período 1910-1915). Mesmo com todas as debilidades, a economia brasileira chega num ponto em que o “essencialmente agrícola e a economia essencialmente exportadora já não são suficientes para definir esse quadro. É outro país, com novas relações políticas e de classes sociais”.¹³ Em relação à crise de 1929, que estremecera o mundo todo e também o Brasil, há um processo semelhante ao da I Guerra, mas “por outros motivos e em outras condições”. A crise do café, a queda nas exportações e novamente a queda nas importações provocam o deslocamento de capitais da agricultura para a indústria.

Enquanto mudança de qualidade, aquela crise (de 1929), com o seu corolário necessário, o movimento armado de 1930, constituiu etapa muito importante do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. No referido movimento, a hegemonia burguesa, ainda que transitória na fase, aparece com clareza meridiana.¹⁴

¹³ SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 99.

¹⁴ *Ibid.*, p. 99.

De fato, a Revolução de 1930, como ficou conhecido o movimento que envolveu grande parte das forças armadas, setores médios, burguesia industrial, pequena burguesia e parte da oligarquia agrária (principalmente a gaúcha, mais voltada para a pecuária), levou a cabo uma recomposição do bloco no poder e a preparação de um Estado apto para as necessidades da nova fase de acumulação capitalista que se abria.

Cumpra esse papel, porém, sem rompimento com o latifúndio e com o setor agroexportador e, além disso, sem a participação efetiva dos trabalhadores. Como é sabido, este processo antidemocrático teria como desfecho a ditadura do Estado Novo. A classe operária será controlada através do forte viés corporativista do novo governo, que regula o mercado de trabalho e põe fim à autonomia operária.

A fase é marcada por industrialização crescente e a formação de um setor estatal na indústria de base, como a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda.

A tentativa de Getúlio de apoiar-se nos trabalhadores para permanecer no poder foi frustrada por sua deposição pelos generais Dutra e Góis Monteiro, apenas dois meses das eleições, marcadas para o final de 1945. A eleição de Dutra seria o início de nova onda repressiva, como vimos anteriormente, contra os comunistas.

Na análise de Sodré:

O golpe de 1945, que retirou Vargas do poder, constituiu uma tentativa para deter, pela força, um processo inexorável. O governo que iniciou a normalidade do regime republicano devia, por isso mesmo, empreender um retrocesso, a que, no exterior, a chamada ‘guerra fria’ correspondia inteiramente.¹⁵

Sodré compreende que as contradições entre o “novo” e o “velho” permaneceram durante o Estado Novo, porém, podiam ser abafadas pelos órgãos repressores e pelos dispositivos ditatoriais. Tais contradições voltariam com força no período aberto pelo fim da ditadura e agravadas pelo forte desenvolvimento da indústria e das forças produtivas, reclamando novas relações de produção. A eleição de Vargas nas eleições de 1950 é prova de que o governo Dutra não havia conseguido obter êxito em sua tarefa dada pelos setores mais reacionários do país e do imperialismo.

¹⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 8ed. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 226.

Internamente, o processo de capitalização sofrera uma aceleração e um fortalecimento muito grandes com a interrupção das relações de troca com o exterior ou a sua alteração quantitativa e qualitativa. As áreas de atrito com o imperialismo eram agora numerosas e isto coincidia com a fase em que ele estava concentrado e levado ao extremo. Por outro lado, as consequências do desenvolvimento interno tornava inadiáveis alterações profundas na estrutura da produção.¹⁶

Em seu novo governo, porém, Vargas continuaria com a marca da tentativa de conciliar as forças em contradição, agravadas e com um espaço de manobra bastante reduzido. Sodré avalia que a tentativa de atenuar as contradições existentes entre as correntes entreguistas, aliadas ao imperialismo, e os que pretendiam um desenvolvimento nacional autônomo fez com que o presidente caísse em descrédito tanto com a primeira, quanto com a segunda corrente, isolando-se. Principalmente entre os anos de 1953-54, Vargas entra numa fase em que o projeto nacional ganhava maior fôlego e o conflito com os interesses do imperialismo e de seus aliados internos ganhava maior relevância, aparentando que o período de conciliação havia chegado ao fim, com a tentativa de Vargas de uma aliança com os trabalhadores. Talvez fosse tarde: a crise política se aguçaria de tal maneira ao ponto de levar o presidente ao suicídio, diante do golpe iminente.

Datam deste período o estabelecimento do monopólio estatal do petróleo, a criação da Eletrobras, um decreto que limitava a remessa de lucros para o exterior, uma reforma ministerial que indicava as mudanças de rumo no sentido nacional e autônomo, o reajuste de 100% do salário mínimo (apesar da demissão do ministro João Goulart).

O movimento popular e sindical participava destas mudanças. Não se pode esquecer o papel dos comunistas no movimento que culminou com o estabelecimento do monopólio estatal do petróleo. Uma onda de greves também sacudia os principais centros do país nesse período. O PCB, como mencionado, não conseguiu perceber as mudanças em curso e tomar uma posição (que naquele momento seria acertada) de fortalecimento da aliança que Vargas propunha para os trabalhadores, em choque com o imperialismo e seus aliados internos. Prosseguiram considerando o governo como sendo de traição nacional e mero laçao do imperialismo estadunidense.

¹⁶ *Ibid.*, p. 226.

A disputa entre os dois modelos de desenvolvimento propostos permaneceria ainda no governo de Juscelino Kubitschek (1955 – 1961), mesmo depois de frustrada a tentativa de golpe durante o governo de Café Filho por parte das forças reacionárias. Houve uma grande diferença, porém, entre o modelo de Vargas e o de JK: este inauguraria uma fase de grande crescimento econômico, financiado pelo capital estrangeiro e voltado principalmente à produção de bens de consumo duráveis. As mudanças ocorridas no governo Kubitschek abriam as portas do país às multinacionais e atendia aos interesses do imperialismo e do capital financeiro, além de manter intocado o latifúndio.

“Não alterava a estrutura social do país e tinha a vantagem, para elas,” (elite agrária, imperialismo e capital financeiro - CMB) “de manter o movimento operário sob controle. O latifúndio continuava intocado, o capital financeiro aprofundava a ligação com o imperialismo, a burguesia fazia bons negócios com as multinacionais e a classe trabalhadora parecia satisfeita com os empregos abertos pelas novas indústrias. Todos pareciam felizes e a concórdia parecia finalmente instalada na sociedade brasileira.”¹⁷

De 1930 a 1960 profundas alterações haviam ocorrido na sociedade brasileira: havia passado por grande impulso industrializante; no final da década de 1950 já não era um país meramente agroexportador; houve crescimento das cidades e migração do campo para a cidade, tornando a população brasileira majoritariamente urbana; as contradições permaneciam em relação ao latifúndio e em relação ao imperialismo, cujos vínculos de dependência haviam se diversificado e fortalecido nos últimos anos e ao longo do governo JK.

A revolução burguesa brasileira chegava próxima de seu desfecho e os choques entre os interesses democráticos e nacionais e os dos setores ligados ao imperialismo e ao latifúndio, sempre presentes nesta trajetória, principalmente depois de 1930, tendiam a aguçar-se.

¹⁷ RUY, José Carlos. “A luta pela autonomia”. *Revista Princípios*, nº 74, agosto/setembro de 2004, p.67.

3 – A nova política do PCB

A – Os fundamentos da nova política

Retomando o fio dos acontecimentos expostos sinteticamente na primeira parte deste trabalho, o PCB elabora, em 1958, a famosa *Declaração de Março*, que seria o marco de uma nova política dos comunistas, influenciada pelas mudanças ocorridas tanto no plano interno quanto externo (XX Congresso do PCUS e suas novas diretrizes revisionistas e um determinado equilíbrio da tensão internacional, que tirava de foco o advento imediato de um novo conflito mundial).

A *Declaração de Março* concebia a revolução brasileira em duas etapas, como ocorrera com o programa do IV Congresso, porém, com alterações razoáveis. Surgida dentro do espaço de tempo que compreendeu o mandato de Juscelino Kubitschek, a análise dos comunistas chegava à conclusão de que o capitalismo se desenvolvia, o que caracterizava um elemento progressista, favorecendo a luta pela democracia, mas coexistiam, dentro do governo e da sociedade brasileira no geral, forças diversas da classe dominante: setores ligados ao imperialismo, aos interesses dos latifundiários e os que se interessavam pelo desenvolvimento nacional e autônomo brasileiro. Estas forças conseguiam coexistir em determinados aspectos de interesse comum, mas também entravam em choque. Para que pudesse haver um desenvolvimento no sentido progressista, baseado nos interesses nacionais, seria necessária a resolução de duas contradições fundamentais: a contradição com o imperialismo e seus aliados internos (considerada a contradição principal) e a contradição com as relações de produção semifeudais, baseadas no latifúndio, que impediam o livre e mais rápido desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

A primeira etapa da revolução seria caracterizada, portanto, como anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática. Suas principais tarefas deveriam levar

à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política.¹⁸

¹⁸ Utilizamos a reprodução da *Declaração de Março* contida no livro *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro - documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000, pp.515 a 532.

Transformações estas que criariam as condições para a segunda etapa da revolução. Como explica a Declaração:

Essas transformações removerão as causas profundas do atraso de nosso povo e criarão, com um poder das forças anti-imperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária brasileira.¹⁹

Para atingir os objetivos da primeira etapa, a *Declaração* propunha a criação de uma Frente Única, composta pela aliança entre a classe operária, burguesia nacional, latifundiários que possuíam interesses diversos aos do imperialismo estadunidense, setores médios urbanos e trabalhadores rurais. Sem reivindicar a priori a direção da frente, os comunistas reconheciam que sua pluralidade encerrava contradições, mas que não impediria a articulação pelos objetivos comuns.

Os objetivos da frente única são resumidos em cinco pontos: 1 – política exterior independente e de paz; 2 – desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; 3 – medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas; 4 – elevação do nível de vida do povo; 5 – consolidação e ampliação da legalidade democrática.²⁰

Surge a possibilidade da via pacífica da revolução brasileira (incorporando as teses de Krushev e do PCUS pós – XX Congresso) “em virtude de fatores como a democracia crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país.” No plano externo, “sua possibilidade se tornou real em virtude das mudanças da situação internacional, que resultaram numa correlação de forças decididamente favorável à classe operária e ao movimento de libertação dos povos” (p.529).

Mesmo observando as “sérias restrições antidemocráticas” do processo eleitoral brasileiro e reclamando a extensão do direito ao voto aos analfabetos, soldados e marinheiros e a legalidade ao PCB, os comunistas prometem, ao lado de outras lutas de massa, agir na batalha eleitoral no sentido de possibilitar a eleição de membros da frente única, visando o fortalecimento dos nacionalistas no parlamento e no governo.

¹⁹ Ibid., p. 522.

²⁰ Ibid, p. 527-528.

Todo o trabalho eleitoral dos comunistas, seja em âmbito nacional como em estadual e municipal, deve ser considerado uma parte do trabalho geral de formação e desenvolvimento da frente única, visando sempre à mudança da correlação de forças e à conquista de um governo nacionalista e democrático.²¹

A nova política do PCB será ratificada com pequenas alterações no V Congresso do Partido, em 1960. Não antes, porém, de suscitar amplo debate interno, que seria determinante, inclusive, para o primeiro “cisma” significativo do movimento comunista no Brasil, em 1962, com o surgimento do PCdoB.

B - A crítica à nova política

As *Teses para o V Congresso* foram publicadas em 15 de abril de 1960 no jornal *Novos Rumos* e, de abril a agosto, diversos artigos foram publicados na *Tribuna de Debates*, discutindo a realidade e a história brasileira, gerando a construção das diferenciadas propostas programáticas que deveriam orientar a atuação dos comunistas e serem respaldadas pelas resoluções do V Congresso.

Dois grupos se destacaram nos debates: um formado pelos que faziam a defesa da nova política, não sem atritos entre si²², cujos principais expoentes eram Alberto Passos Guimarães, Armênio Guedes, Mário Alves, Jacob Gorender e o próprio Luís Carlos Prestes, e outro que destacava João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Carlos Danielli e Ângelo Arroyo.

Em um dos seus artigos, Maurício Grabois fez a crítica das *Teses* e da *Declaração de 1958* de forma sucinta, mas abordando seus principais aspectos. No artigo, intitulado *Dois concepções, duas orientações políticas*²³, Grabois avalia que:

²¹ Ibid., p. 530.

²² Jacob Gorender explicita estes atritos: “Devo esclarecer que o terreno de ideias comuns, que nos permitiu aquela colaboração” (Gorender se refere ao texto da *Declaração de Março - CMB*) “não excluía diferenças em seguida acentuadas. Armênio e Alberto extremavam o gradualismo do processo de aproximação ao poder revolucionário e viam no socialismo a evolução da democracia burguesa. Mário Alves e eu nos inclinamos por uma avaliação cética do potencial revolucionário da burguesia nacional. Giocondo Dias, pelo contrário, reforçou o apego à aliança com a burguesia nacional e praticamente subordinou a tática do Partido a esta aliança”. GORENDER, J. op. cit., 1990, p.31.

²³ Consideramos este artigo o que melhor resume os aspectos centrais da crítica à *Declaração* e às *Teses*, embora seja de leitura obrigatória aos interessados os artigos de João Amazonas, que esmiúçam os pontos centrais das *Teses* e que incluem, talvez pela primeira vez na análise brasileira, o paradigma da via prussiana de desenvolvimento do capitalismo, no sentido que Lênin deu ao termo. Utilizamos o artigo de

A *Declaração de Março de 1958* não exprime uma política justa, não corresponde aos interesses de classe do proletariado. No essencial, tal documento defende uma linha oportunista de direita. Exagera a importância do desenvolvimento do capitalismo, toda a sua orientação decorre deste desenvolvimento, está inteiramente a ele subordinada.²⁴

A partir dessa caracterização, parte para a crítica dos seus principais pontos, que reproduzimos resumida e esquematicamente:

1 - a *Declaração* atribui o desenvolvimento do capitalismo em marcha ao capital nacional, sem dar a devida ênfase no papel jogado pelo imperialismo que “participa desse processo de industrialização” e “domina ramos fundamentais da indústria do país”²⁵, levando a uma idealização da burguesia, “que é tratada como força consequente, capaz de defender até o fim os interesses nacionais (...). Superestima a magnitude e a profundidade da contradição entre a burguesia e o imperialismo, como se a burguesia não pudesse chegar a acordos com os imperialistas.”²⁶

2 – mesmo tendo caracterizado a etapa da revolução como anti-imperialista e antifeudal, “as tarefas democráticas são separadas mecanicamente dos objetivos nacionais e transferidas para outra etapa da revolução”²⁷, quando se aponta como contradição principal a que existe entre a nação e o imperialismo. Disto decorre que a frente única tenha em sua composição latifundiários com interesses diversos com o imperialismo e setores da burguesia ligados a monopólios que não sejam dos EUA, numa composição de forças que coloca em primeiro plano a revolução nacional, mas não dá conta das tarefas democráticas, e principalmente, a “solução da questão agrária deixa de ser uma das tarefas da revolução”²⁸, restringindo a frente única, afastando dela os camponeses e os trabalhadores urbanos.

3 – a questão do poder: Grabois critica o gradualismo presente nas *Teses* e na *Declaração*: “Com esta tática gradualista, evolucionista, que contraria frontalmente a teoria marxista-leninista do Estado, pretende-se atingir um poder capaz de enfrentar as tarefas da revolução na presente etapa, o que equivale a afirmar que se conseguirá

Grabois reproduzido em : “Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro - documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000”. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000, pp. 12 a 22.

²⁴ Ibid., p. 13

²⁵ Ibid., p. 13.

²⁶ Ibid., p. 13.

²⁷ Ibid., p. 14.

²⁸ Ibid., p. 14.

transformar o atual regime, em essência reacionário, num regime democrático e anti-imperialista e, por extensão, o próprio capitalismo em socialismo”.²⁹

4 – a democracia: a *Declaração de Março* confunde a democracia com o desenvolvimento do capitalismo, ainda que com algumas reservas: “As forças novas que crescem no seio da sociedade brasileira, principalmente o proletariado e a burguesia, vêm impondo um novo curso ao desenvolvimento político do país. (...) Esse novo curso se realiza no sentido da democratização, da extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas.” Mais adiante, conclui: “O processo de democratização é uma tendência permanente. Por isso, pode superar quaisquer retrocessos e seguir incoercivelmente para diante. Vem se firmando, assim, em nosso país, a legalidade democrática, que é defendida por amplas e poderosas forças sociais” (p.519). Grabois considera que esta posição coloca a democracia como parte inerente do desenvolvimento capitalista.³⁰

5 – a via pacífica da revolução brasileira: embora haja uma ressalva de que há uma possibilidade de caminho violento, a crítica de Grabois, que também concorda com alguma possibilidade e dá preferência a um caminho pacífico, vai no sentido de que tal posicionamento desarma “o proletariado e seu Partido para qualquer outra eventualidade”³¹ e ainda “encara os problemas da revolução brasileira do ponto de vista da burguesia, conduz à negação da luta revolucionária, à adaptação ao capitalismo e ao evolucionismo sob o disfarce de caminho pacífico.”³²

6 – prática: mesmo reconhecendo os avanços dos comunistas nas diversas frentes de luta (sindical, de massas, patrióticas, eleitorais, etc.) Grabois conclui que haveria grande espaço para maiores avanços, não fosse a linha reboquista adotada a partir da nova orientação política e a dubiedade em relação ao governo Kubitschek. “A posição do Partido é de reboque em relação às forças aliadas, em particular à Frente Parlamentar Nacionalista e ao PTB. Subestima-se o Partido sob o pretexto de fortalecer a frente única”.³³ Isto faz, seguindo a crítica de Grabois, com que o Partido não atue de forma independente e apareça para as massas como “partido do nacionalismo, com objetivos bastante limitados”.³⁴

²⁹ Ibid., p16.

³⁰ Ibid., p. 16.

³¹ Ibid., p. 16.

³² Ibid., p. 17.

³³ Ibid., p. 18.

³⁴ Ibid., p. 19.

Estas são, resumidamente, as críticas voltadas à *Declaração de Março* e às *Teses* para o V Congresso, realizado em agosto de 1960. Note-se que os que criticavam a linha do PCB no momento, muitos dos quais formariam o PCdoB em 1962, não questionavam o caráter da revolução brasileira, nem a questão das duas etapas. Sua crítica é voltada para a tática a ser seguida e em relação a algumas avaliações equivocadas da realidade brasileira, principalmente em relação ao papel que deveria ser desempenhado pela burguesia nacional. A história daria razão, neste último caso, aos que criticavam a *Nova Política*. É qualitativamente diferente a análise de que as relações semifeudais no campo entravam o desenvolvimento capitalista (como está nas *Teses*), daquela análise feita por João Amazonas, de que essas relações demarcam uma via de desenvolvimento capitalista, aquela que Lênin chamou de “via prussiana”.

Porém, o governo de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros, daria fôlego à *Nova Política* do PCB e a realização de seus objetivos parecia, de fato, senão próxima, viável.

C – Do V Congresso ao Golpe de 1964

Quando foi realizado o V Congresso, o presidente do Brasil ainda era Juscelino Kubitschek. Nas eleições presidenciais daquele ano, o PCB apoiaria um candidato nacionalista, o Marechal Lott, para a presidência e um vice do PTB, herdeiro do getulismo, João Goulart.

Mesmo na ilegalidade, os comunistas atuavam com desenvoltura no cenário político nacional desde 1958, fazendo alianças eleitorais, sindicais e no movimento popular, com base na política formulada de frente única nacionalista e democrática, inclusive lançando e elegendo parlamentares comunistas através de outras legendas, principalmente do PTB.

O início da década de 1960 e, particularmente, a partir de 1962, o Brasil entrava numa crise econômica causada, entre outros fatores, pelo esgotamento do modelo de crescimento econômico desencadeado nos cinco anos do mandato de Juscelino.

A vitória de Jânio Quadros, apoiado pela burguesia e pelos latifundiários, mais por falta de opção do que realmente crendo no potencial do homem que prometia varrer a bandalheira, mostrou-se desastrosa. O efêmero mandato, seguido da tentativa de golpe que foi sua renúncia, abriram uma imensa crise política.

O PCB defendeu, desde o primeiro momento, a posse do vice, João Goulart. A tentativa de golpe que se seguiu à renúncia de Jânio Quadros frustrou-se diante da resistência organizada de amplos setores, principalmente a que vinha do Rio Grande do Sul, articulada por Brizola e pelo apoio aos legalistas dado pelo III Exército.

A saída parlamentarista, com Tancredo Neves à frente, formando um gabinete conservador, não obteve êxito entre as camadas que vislumbravam a necessidade de algumas reformas importantes. O período parlamentarista, com três gabinetes, foi resumido, porém, numa verdadeira crise parlamentar que possibilitou, impulsionado por greves gerais, a antecipação do plebiscito no qual o povo escolheria entre o parlamentarismo e o presidencialismo. Originalmente marcado para 1965, foi antecipado para 06 de janeiro de 1963, dando larga vitória ao presidencialismo.

Os movimentos sociais avançam em organização e atuação nas diversas frentes, criando diversas novas entidades ou reforçando as já existentes. No campo e na cidade, entre os intelectuais, operários, soldados, marinheiros, estudantes e também em frentes amplas, que congregavam várias entidades ao mesmo tempo, como a Frente de Mobilização Popular (FMP) criada em 1962, a articulação e a pressão exigindo reformas profundas ganhava corpo e também as ruas.

O clima era de polarização e os diversos movimentos ligados aos trabalhadores e comprometidos com as reformas de base dividiam-se em posições das mais tímidas às mais extremadas. Jango lança a Frente Ampla, depois chamada de Frente Popular (23 de março de 1964), com a intenção estabilizar seu governo e de unir as forças políticas representativas no sentido de encaminhar as reformas de base.

O PCB se aproximou de Jango, após dois anos de duras críticas ao caráter conciliador do governo do presidente, em 1963.

A esta altura, Jango percebeu que se esgotara seu crédito junto às forças conservadoras, uma vez que se demonstrara incapaz de conter o descalabro financeiro e subjugar as forças de esquerda. Voltou-se então para o outro lado e se definiu por um rumo favorável às reformas de base, na expectativa de desencadear grande movimento de massas que lhe garantisse um segundo mandato presidencial.³⁵

³⁵ GORENDER, J. op. cit., 1990, p. 58.

Na verdade, e de certa forma, coerente com sua política, o PCB participa das intenções continuístas do presidente. O governo de Goulart, com mais de um mandato, ou a sucessão de governos com o mesmo perfil, desde que comprometidos com as reformas de base, representariam, não sem vacilações, os governos nacionalistas e democráticos através dos quais seria possível a implementação das transformações correspondentes à primeira etapa da revolução brasileira.

No comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Jango anunciaria as reformas de base, o que o PCB avaliou como uma grande vitória dos trabalhadores brasileiros e das forças progressistas. Com razão. Ocorria, porém, uma profunda alteração na correlação de forças políticas dentro da sociedade brasileira. Derrotados em 1961, os golpistas seriam vitoriosos em 1964, pegando desarmados os movimentos sociais e o próprio PCB, que na verdade superestimava suas próprias forças e a dos movimentos, assim como a capacidade do próprio presidente em resistir a um golpe da direita.

É notável a proximidade cronológica entre o duplo desastre sofrido pela direita em agosto-setembro de 1961 (...) e a fundação do discretamente intitulado Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) a 29 de novembro de 1961, bem como de organizações congêneres, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), integrantes do 'feixe' cripto-fascista que iria assaltar com sucesso o poder em 1964.³⁶

Houve de fato a articulação de um poderoso aparato propagandístico e uma teia que unia diversos setores da sociedade, das classes dominantes às massas populares. Jornais, sindicatos patronais, empresariado, clero conservador, partidos de direita, latifundiários, que contavam com apoio dos EUA e de boa parte dos militares, formaram um grande bloco (não sem rachaduras, como ficou evidente depois) financeiro e econômico. De outro lado, milhares de pessoas do povo, estimulados pela Igreja, em grande parte, partícipe da articulação da direita golpista, saíram às ruas em defesa da família e da propriedade privada, temerosas com o avanço das forças populares e de esquerda.

O resultado, conhecido por todos, foi a tomada do poder pelos militares e uma mudança drástica nas condições de luta dos que buscavam um caminho de desenvolvimento autônomo e democrático para o país.

³⁶ MORAES, João Quartim. *Liberalismo e ditadura no cone sul*. Campinas: IFCH, 2001, p. 111.

Imputa-se ao PCB e a alguns de seus mais notáveis dirigentes o erro de terem superestimado o próprio poderio e o das forças progressistas que se batiam pelas reformas de base. A partir de hoje, a análise nos leva a considerar a crítica justa. Porém, a derrota de uma força não torna, por consequência, suas proposições incorretas. Numa batalha se perde ou se ganha, independente das intenções pelas quais um ou outro exército luta. Boas intenções não garantem vitórias. Não cabe aqui, porém, analisar as causas dessa derrota enquanto formulação tática, nem cair em “simplismos” analíticos.

4 – Conclusão

A formulação do projeto nacional democrático, mesmo com a superestimação do papel que poderia jogar a burguesia nacional, representou uma proposta que poderia ser viável como alternativa à conclusão da revolução burguesa no Brasil, criando condições objetivas mais favoráveis à revolução socialista.

Seus dois principais objetivos – o desenvolvimento econômico nacional autônomo e a reforma agrária – permanecem até hoje, na agenda de lutas das esquerdas brasileiras.

A ditadura militar representou exatamente o bloqueio por parte das classes dominantes da possibilidade desse projeto, redirecionando a expansão capitalista no Brasil no sentido que lhe foi comum, com raros momentos de exceção: sem participação popular e sem reformas profundas que democratizassem a propriedade, principalmente, em relação à questão agrária.

Consideramos que o período imediatamente anterior ao golpe de 1964 colocou duas alternativas ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em fase de conclusão de sua revolução burguesa: um caminho democrático e autônomo, com reformas que gerariam desenvolvimento social e não apenas crescimento econômico, como a reforma agrária e a expansão do mercado e de sua capacidade de acumulação interna; e outro caminho, sem participação popular, no qual o latifúndio e a ingerência imperialista são mantidos e o povo é submetido a uma brutal exploração, enquanto crescem a economia e os lucros da burguesia: há crescimento econômico, mas não desenvolvimento social.

O programa nacional-democrático formulado pelos comunistas foi uma opção de fazer com que se resolvesse pela ruptura o que foi resolvido pela conciliação do novo com o velho. Na longa trajetória da revolução burguesa brasileira, sempre que as contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e o monopólio latifundiário da terra e suas relações de produção não-capitalistas afloraram, a solução foi uma reordenação do Estado e uma recomposição de forças entre as classes dominantes, no sentido de dar prosseguimento, mesmo em realidades diferentes, ao mesmo sistema de dominação.

A política do PCB no período que compreendeu nosso trabalho reflete um momento chave da história brasileira, no qual a relação entre a política operária e a política das classes dominantes, ligadas ao latifúndio e ao imperialismo, atingiu um ponto culminante e decisivo, exigindo uma saída radical: ou se avançava no sentido de um desenvolvimento capitalista autônomo, que pusesse fim à dominação imperialista e aos restos feudais e ao latifúndio, consolidando a democracia no seu sentido mais amplo e abrindo caminho mais rápido à revolução socialista, ou se seguia por outro caminho, o que representou um retrocesso no sentido das condições de exploração e de nível de vida do povo, um caminho que consolidou a revolução burguesa brasileira e desenvolveu o capitalismo mantendo o povo submetido a brutal exploração e miséria, mantendo o latifúndio e a submissão ao imperialismo. Infelizmente, este segundo foi o caminho vitorioso.